

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº. 16/54.

DATA: 31 DE JULHO DE 1954

SÚMULA: Cria o Código Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAIRA, ESTADO DO PARANÁ,
decretou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

PARTE GERAL

Arto. 1º - O Município de Guaira divide-se em Distri-
tos e tem sede na Cidade de mesmo nome.

§ 1º - O Distrito é designado pelo nome da res-
pectiva sede, que tem a categoria de Vila.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Arto. 2º - A incidência, lançamento, arrecadação e
demais relações entre o contribuinte e o Fisco Municipal regem-se pe-
las normas estabelecidas neste Código, e nos casos omissos, pela Legis-
lação Tributária do Estado do Paraná, da União e pelos princípios gera-
is de direito.

Arto. 3º - A presente Lei fixará as receitas tributá-
rias e não tributárias, as contribuições especiais e taxas remunerató-
rias ou de serviços industriais divisíveis, que possam ser considerados
contra prestação civil regulando-lhe a arrecadação.

DA APLICAÇÃO DO DIREITO MUNICIPAL

TÍTULO ÚNICO

Das Posturas em Geral

CAPÍTULO - I -

Da competência.

Arto. 4º - Além da renda que lhe é atribuída pelo pa

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54. (VL.2)

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54. (VL.2)

V - Sobre diversões públicas

VI - Atos de sua economia e assuntos de sua compe-

VI - Atencias.

Artº. - 5º - O contribuinte terá ciência do imposto mediante aviso obrigatório do lançamento, feito pela Prefeitura.

Artº. - 6º - Os contribuintes que não concordarem com os lançamentos feitos pela Prefeitura, poderão reclamar, por meio de petição ao Prefeito, sendo-lhes facultada a juntada de todas as provas permitidas em direito.

Artº. - 7º - A reclamação do lançamento prescreve ao prazo de 30 dias, contados do recebimento do aviso.

Artº. - 8º - Todas as reclamações serão registradas e processadas, competindo ao Prefeito decidí-las, determinando as providências necessárias à elucidação do caso.

Artº. - 9º - Não concordando com a solução dada pelo Prefeito, poderá o contribuinte recorrer à Câmara Municipal dentro de cinco dias, contados da publicação do despacho.

Artº. - 10º - O lançamento de cada imposto será feito em fichário próprio.

Artº. - 11º - A arrecadação dos impostos e taxas far-se-á à boca do cofre, nas estações arrecadadoras do Município e nas épocas regulamentarmente estabelecidas.

Artº. - 12º - Os tributos pagos fora das épocas da arrecadação sofrerão multa de 10%.

Artº. - 13º - Nas sedes distritais serão criadas Agências arrecadadoras.

Artº. - 14º - As Agências arrecadadoras serão dirigidas por Fiscal de Rendas, designados para esse fim, ou contratados, mediante uma comissão de 15% sobre o montante da arrecadação.

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54. (FL.3)

PORTE ESPECIAL

CAPÍTULO =I=

TÍTULO =I=

Dos Impostos

Do Imposto territorial urbano

Artº. 15º - Estarão sujeitos ao imposto territorial urbano de que trata o Artº.29 nº.1 da Constituição Federal, os terrenos não edificados, situados nos quadros urbanos da sede do Município e das sedes dos Distritos, bem como aquele cuja construção esteja interdita, e há mais de um ano paralizada, ou em andamento sem que tenha havida prorrogação de prazo.

Artº. 16º - O Imposto territorial urbano não incidirá sobre as áreas correspondente a cinco vezes a da parte edificada do terreno.

Artº. 17º - Não estão igualmente sujeita a parte do terreno que ficar a frente dos terrenos residenciais e for destinada a ajardinamento, desde que não exceda a dez metros a partir do logradouro público.

Artº. 18º - O Imposto territorial urbano será cobrado em proporção ao valor venal de cada terreno na conformidade da Tabela I, baixada por esta LEI.

Artº. 19º - O valor venal do terreno será estabelecida pela computação dos seguintes elementos:

I - O valor venal do terreno que for declarado pelo proprietário no momento da inscrição;

II- Os preços dos terrenos nas últimas transações de compra e venda realizadas nas respectivas zonas;

III- A situação e outros elementos e características do terreno que possam exercer influência na sua valorização.

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº. 16/54. (FL. 4)

em requerimento ao Prefeito, dentro do prazo de 10 dias a contar da data do recebimento do aviso de lançamento.

Art. 229 - Todos os terrenos existentes nos perímetros urbanos da sede do Município e das sedes dos Distritos ficam sujeitos ao imposto territorial na data da publicação desta Lei.

Art. 230 - Em caso de usufruto, fideicomisso, enfiteuse, arrendamento ou ocupação, o lançamento será feito em nome do usufrutuário, fiduciário, enfiteuta, arrendatário ou ocupante.

Art. 240 - Sendo o terreno "pro-Indiviso" o lançamento se fará em nome de um, ou de todos os condôminos.

DAS EXONERAÇÕES E ISENÇÕES

Art. 250 - Ficará exonerado do pagamento de tantos vinte e quatro avos da importância do imposto territorial correspondente quantos sejam os meses completos de duração normal ininterrupta e legalmente autorizada das obras, o terreno em que forem executadas obras de construção ou reconstrução.

§ 1º - Para gozar da regalia prevista neste artigo, deverá o proprietário ou seu representante:

a) - Comunicar o início das obras, preenchendo e entregando à Fazenda Municipal, por via postal sobre registro ou pessoalmente uma ficha de edificação, cujo modelo impresso lhe será gratuitamente fornecido.

§ 2º - A execução das obras será considerada a partir do mês seguinte àquele em que seja feita a comunicação e a conclusão das mesmas a partir do primeiro dia do mês de sua ocorrência.

§ 3º - A fiscalização dos terrenos e o abono por execução das obras de que trata este artigo serão processados de modo análogo ao previsto para o imposto predial, nos casos de vacância.

Art. 260 - Serão exonerados do imposto territorial

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guaira

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº. 16/54 (FL. 5)

§ 2º - Cessando a condição deste artigo, será cobrado o imposto na forma desta Lei.

DAS RECLAMAÇÕES

Arts. 27º - As reclamações e recursos só terão cabimento na forma dos artigos seguintes:

§ 1º - A reclamação e recurso previsto neste artigo não terá efeito suspensivo da cobrança.

§ 2º - O pagamento do imposto calculado sobre o valor venal apurado não importará em reconhecimento, pelo interessado, da exatidão desse valor desde que tenha o mesmo formulado, nos prazos previstos nos artigos 6º e 8º, desta Lei, a reclamação ou recurso de que trata este artigo.

§ 3º - A reclamação será informada pela Diretoria de Contabilidade no prazo de 10 dias, findo o qual subirá o despacho do Prefeito que decidirá em primeira instância.

Artº. 28º - As decisões de que trata o artigo anterior, só poderão produzir efeito de causa julgada a partir do exercício a que se referir a reclamação.

Artº. 29º - Serão arquivadas por perempção

- a) - as reclamações ou recursos, para decisão das quais se façam exigências, desde que essas não sejam satisfeitas dentro do prazo máximo de trinta dias contados da publicação dos respectivos despachos.
- b) - As reclamações ou recursos apresentados fora dos prazos legais.

Artº. 30º - Os documentos juntados aos requerimentos de reclamação ou recursos, serão restituídos aos respectivos signatários, contra recibos dos mesmos nos processos, independentemente de quaisquer outras formalidades.

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.6)

DA FISCALIZAÇÃO

Artº. 32º - A fiscalização relativa ao imposto territorial será exercida pela Secção da Fiscalização das Rendas Municipais, a qual para desincumbência de suas funções visitará periodicamente os imóveis sujeitos ao imposto coligindo os esclarecimentos á verificação do valor venal, ocupação ou desocupação dos prédios, inclusive, solicitando a exhibição, pelos interessados, de documentos que possam servir á quella verificação.

Artº. 33º - Os funcionários encarregados do lançamento territorial serão individualmente responsáveis pela veracidade ou exatidão de suas respectivas informações.

DAS TRANSFERÊNCIAS

Artº. 34º - Os que adquirem imóveis sujeitos ao imposto territorial, ou tenha de transferi-lo para o seu nome por causa mortis ou isto inter-vivos, são obrigados a apresentar á Fazenda Municipal dentro do prazo de sessenta dias contados da data da transcrição no registro de imóveis, os respectivos títulos, para averbação da transferência feita, a qual serão restituídos os documentos apresentados.

DA ÉPOCA DO PAGAMENTO

Artº. 35º - O pagamento do imposto territorial urbano, será feito no mês de maio de cada ano, a boca do cofre.

DAS INFRAÇÕES E MULTAS

Artº. 36º - Constituem infrações passíveis de multa calculadas na base do imposto do exercício que ellas se verifiquem ou na da sonegação objetivada, imposta pelo Prefeito Municipal e notificado o interessado por via postal:

a) - a apresentação dos documentos para averbação da transferência fóra do prazo previsto no ar-

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.7)

§ 1º - Das multas impostas nos termos deste artigo, caberá recurso dentro do prazo máximo improrrogável de trinta dias, contados da data de entrega da respectiva notificação, para a Câmara Municipal, que decidirá em última instância.

" 2º - No caso de infração prevista na letra "C" deste artigo, além da multa que for devida, cabe procedimento criminal da Municipalidade contra os responsáveis.

Artº. 37º - As omissões deste capítulo serão providas pelo Prefeito, o qual para esse fim, baixará os atos necessários ou, na falta desses, decidirá em conformidade com a legislação tributária do Município, dos demais municípios do Estado e com os princípios gerais de direito.

§ Único - A interpretação deste capítulo cabe ao Prefeito, o qual, entretanto, ao fazer uso das atribuições que este artigo lhe confere não criará direitos, nem obrigações.

Artº. 38º - Não será concedida licença para construção sobre terrenos cujo imposto territorial não tenha sido integralmente pago.

CAPITULO II

DO IMPOSTO PREDIAL URBANO

Artº. 39º - O imposto predial previsto no artigo 29º nº.1, da Constituição Federal incidirá sobre todos os prédios situados na Cidade e Sedes distritais.

§ Único - Estão sujeitos ao imposto predial todos os prédios que possam servir de habitação, uso ou recreio, tais como casas, barracões, chacaras, garagens, armazens ou qualquer outros edificios, seja qual for a denominação, forma ou destino.

Artº. 40º - O imposto predial será cobrado à razão de 10% do valor locativo anual do predio, reduzindo 5% quando (pelo pro

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.8)

§ 1º - Se os prédios pertencem a herança, espólio, massa falida, ou sociedade em liquidação, o lançamento será feito em nome dos representantes legais.

§ 2º - Em se tratando de enfiteuse ou usufruto o imposto será lançado em nome do enfiteuta, ou usufrutuário; e, em caso de condomínio, em nome de um, alguns, ou de todos os condôminos.

Artc. 42º - Para o lançamento do imposto predial servirão de base a declaração do inquilino, a recibo do aluguel, o contrato de locação, o arrendamento, quando exibidos.

§ Único - Se houver motivo justo para se suspeitar das declarações ou da legitimidade dos documentos, o valor locativo anual, será arbitrado, para o que servirão de base:

- I - a situação do prédio, o seu valor venal;
- II - os preços dos alugueres de prédios vizinhos ou de zonas equivalentes, de valor venal idêntico.

Artc. 43º - O imposto predial urbano será lançado em livro próprio ou fichário, no qual constarão o nome do proprietário; natureza e localização do prédio; valor locativo anual; importância do imposto a pagar; data do pagamento e observação.

Artc. 44º - Sempre que houver aumento de aluguel do prédio, o proprietário deverá comunicá-lo a repartição competente, sob pena de multa de Cr\$ 100,00.

Artc. 45º - Os prédios novos, não incluídos no lançamento geral, ficarão sujeitos ao imposto desde o princípio do trimestre em que lhe for concedida a licença para ser habitado, cancelando-se na mesma ocasião, o lançamento do imposto territorial urbano, correspondente ao imóvel.

Artc. 46º - O imposto poderá ser pago em duas prestações anuais, antecipadas.

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.9)

CAPÍTULO =III=

DO IMPÔSTO DE LICENÇA

Arto. 49º - O impôsto de licença previsto no arto. 29, nº II, da Constituição Federal, recai sôbre as pessoas físicas e jurídicas que estabelecidas ou não, exerçam no Município atividades comerciais, industriais ou profissionais, seja qual fôr sua natureza ou escla.

Arto. 50º - O impôsto de licença para efeito de incidência, fica classificado em:

- a) - Impôsto de licença para localização;
- b) - Impôsto de licença para circulação;
- c) - Impôsto de licença para publicidade;
- d) - Impôsto de licença para outros fins.

§ Único - Quando determinada atividade ou exploração não estiver na tabela de impôsto de licença, cobrar-se-á o tributo por analogia, taxando-o Município com o valor mais baixo atribuído à atividade ou exploração semelhante.

Arto. 51º - A Prefeitura além do conhecimento do impôsto pago, fornecerá ao interessado, mediante o emolumento de Cr\$10, um alvará de licença, assinado pelo Prefeito do qual constará a localização e o ramo de atividade do estabelecimento.

§ 1º - O alvará que se refere êste artigo será pessoal e intransmissível, e colocado obrigatoriamente pelo contribuinte, em local visível no estabelecimento.

" 2º - Os mercadores ambulantes deverão conduzir o Alvará de Licença quando transitarem nas vias públicas.

§ 3º - As infrações serão punidas com a multa de \$ 100,00 elevado ao dôbro na reincidência.

Arto. 52º - Nenhuma atividade comercial, industrial

Prefeitura Municipal de Guairá

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guairá

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.10)

Arto. 539 - A cobrança do imposto de licença incide sobre o comércio, as atividades industriais e as outras atividades sobre veículos, será anual; a do comércio ambulante, de atividade ou explorações sujeitas a fiscalização da Prefeitura e das que importarem de uso de dependências do domínio público, se-lo-á de acôrdo com os interesses do fisco, na forma que o regulamento estabelecer ou em sua falta, o determinar o Prefeito.

Arto. 540 - Cabe ao Prefeito interpretar, regulamentar, e prover as imissões deste capítulo, para cujos efeitos levará em consideração os casos análogos da Legislação do Município, e na sua falta, dos demais Municípios brasileiros, da União e do Estado e os princípios gerais de direito.

Arto. 550 - Vigoram, para efeito de cobrança do imposto de licença, as taxações constantes das tabelas respectivas que baixarem com esta LEI.

DA LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Arto. 560 - Ficam sujeitos ao imposto de licença para localização todos os estabelecimentos, localizados ou que se venham a localizar, em qualquer parte do Município, ainda que no recinto de outros estabelecimentos, com objetivo de exercer qualquer atividade não proibida em LEI.

Único - A licença obtida para estabelecimento fixo não confere aos beneficiários o direito para o exercício do comércio ambulante que depende de autorização especial, em o pagamento do imposto relativo àquela atividade de direito ao exercício desta.

Arto. 570 - Quando o mesmo estabelecimento se dedicar a exploração de mais de um ramo de negócio, pagará integralmente o imposto devido pelo valor mais alto e, os demais com abatimento de 50%.

Arto. 580 - O estabelecimento que obtiver licença para

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.11)

Arto. 609 - A licença para o exercício da mercância ambulante será conferida mediante requerimento do interessado podendo ser anual quando ele tiver residência fixa no Município, mensal ou pe-
riódico quando não.

Arto. 610 - O Alvará de Licença será cobrado de con-
formidade com a tabela nº. 2, que com esta LEI baixa.

DA LICENÇA PARA CIRCULAÇÃO

Arto. 620 - Sujeita-se ao pagamento do imposto de
licença todos os veículos automotores de tração animal ou pedal, desti-
nado ao trânsito nas vias públicas.

Arto. 630 - O licenciamento de veículos só será con-
cedido mediante prova de residência ou domicílio do proprietário ou
condutor, no Município ou de ser aquele depositado habitualmente dele.

Arto. 640 - Terão livre trânsito no Município, os
veículos matriculados em outros, mas pagarão o imposto devido se nele
permanecer por mais de trinta dias consecutivos durante o exercício.

Arto. 650 - Os veículos destinados a um fim determi-
nado não podem ser empregados noutros. Multa R\$ 50,00.-

Arto. 660 - Os veículos respondem pelo pagamento do
imposto, ressalvando-se o direito dos prejudicados de propor ação judi-
ciária.

Arto. 670 - As ambulâncias de socorro ou para trans-
porte de enfermos pertencentes aos estabelecimentos de caridade, assim
como os de transporte de cadáveres, poderão gozar de isenção, que será
concedida pelo Prefeito, a requerimento dos interessados, desde que
prestem gratuitamente, esses serviços aos pobres, quando solicitado pe-
la Prefeitura.

Arto. 680 - Não estão sujeitos ao imposto de veícu-
los, os empregados na lavoura, criação e transporte, sempre que não

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANA

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.12)

DA LICENÇA SOBRE PUBLICIDADE

EM GERAL

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.13)

Artº. 70º - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos como nos lugares de acesso comum, de penda de licença da Prefeitura sujeitando-se o contribuinte ao pagamento dos impostos respectivos.

§ Único - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, painéis, emblemas, placas, visos, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos fixados ou pintados em paredes, muros, postes, veículos e calçadas.

Artº. 71º - Os anúncios não poderão ser colocados de forma a prejudicar o trânsito ou a iluminação pública, nem a diminuir a visibilidade dos veículos, ou prejudicar os monumentos, históricos artísticos e naturais, assim as paisagens ou lugares particularmente dotados pela natureza.

Artº. 72º - Além dos casos previstos no artigo antecedente, é proibida a colocação de anúncios seja qual for a sua formação ou composição:

- I - Em grades de parques, e jardins, estatuas ou hermas;
- II - Postes de iluminação pública;
- III - Diretamente afixados em árvores ou plantas;
- IV - Em qualquer caso, quando for redigidos, com erros de sintaxe ou de ortografia ou com referência à moral e aos bons costumes;
- V - Quando redigidos em língua estrangeira;

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guaira
CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.13)

Artº. 74º - São isentos de pagamento de impostos, bem como a formalidade da licença:

I - Cartazes ou letreiros destinados à propaganda com fins patrióticos, caritativos, exposição cultural, festas beneficentes e prêmios esportivos;

II - As tabelas indicativas de rútiros, granjas, fazendas, bem como as de rumo em direção de estradas ou caminhos;

III - Os anúncios ou reclames de hospitais, casas de saúde e de caridade ou quaisquer instituições de beneficência, culturais desportivas e recreativas;

IV - Os disticos de estabelecimentos de ensino, repartições públicas e templos de qualquer culto;

V - Os disticos ou denominação de casas comerciais, apostas nas paredes e vitrines do próprio edifício, bem como veículos de transportes que lhes pertencem ou estiverem a seu serviço;

VI - Os disticos ou tabuletas dos veículos, indicando o trajeto, destino ou preço de passagens;

Artº. 75º - O imposto sobre a publicidade em geral será pago anualmente, no decorrer do mês de março e cobrado de acordo com a tabela nº.4, que baixa com esta LEI.

DO IMPOSTO DE LICENÇA

PARA OUTROS FINS

Artº. 76º - Ficam também sujeitos ao imposto de licença, quaisquer atividades ou empreendimentos, cujo exercício dependa da autorização do poder municipal e que não se enquadrem nas alíneas A, B, e C, do artigo 58, e que fazem referência às tabelas nos.5,6, e 7, que baixam com esta LEI.

Artº. 77º - Este imposto é devido, na forma da tabela respectiva, pelas empresas individuais ou coletivas que promoverem quaisquer generos de diversões ou jogos permitidos.

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guaira
CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.14)

Arto. 789 - Os empresários, arrendatários, proprietários ou responsáveis por qualquer casa ou local onde se realizem jogos ou diversões públicas são obrigados ao pagamento do imposto no momento em que este for exigido, na base de 10% sobre a renda bruta.

Arto. 799 - O pagamento do imposto sobre jogos e diversões não exime o contribuinte da obrigação de saldar o de licença ou qualquer outro tributo que estiver sujeito, nem o pagamento deste exime do de jogo e diversões.

Arto. 809 - São isentos do pagamento de imposto sobre jogos e diversões:

I - Os espetáculos, teatrais, bem como os atos relativos à sua realização;

II - Os espetáculos promovidos em circos ou pavilhões;

III - As conferências literárias, científicas ou culturais promovidas por entidade com personalidade judicial e pela qual não se vise lucros;

IV - Os concertos ou recitais de musicas, canto nas condições do número anterior;

V - As conferências literárias científicas culturais, concertos ou recitais de musica ou canto, quermesses ou feijões populares, em benefício de sociedades de assistência social ou educacional;

VI - Os bailes e outras diversões promovidas em sua sede, pelas sociedades recreativas registradas, para esse fim, na Prefeitura Municipal;

VII - As exibições promovidas por entidades de portiva direta ou indiretamente filiada ao Conselho Nacional de Desportos.

Arto. 819 - Os empresários, proprietários, arrendatários ou responsáveis por qualquer casa ou local onde se realizem jogos ou diversões públicas são obrigados ao pagamento do imposto no momento em que este for exigido, na base de 10% sobre a renda bruta.

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54.(FL.15)

- I - Número de ordem;
- II - Data da função;
- III - Preço da entrada;
- IV - Número de fila ou cadeira quando as localidades forem numeradas.

Artº. 83º - Os bilhetes serão impressos de modo a se dividirem por picotagem, em duas partes, ficando o canhoto em poder da empresa e a outra destinada à venda.

Artº. 84º - Os ingressos datados e não destacados do canhoto serão inutilizados pelo funcionário do fisco.

Artº. 85º - As entradas recebidas do público pelo porteiro do local serão colocadas em uma urna especial e ficarão à disposição do fiscal, que lhe conferirá a vista dos canhotos ou talões originais correspondentes.

Artº. 86º - Quando o ingresso dos espectadores independerem do pagamento de entrada ou quando se realizarem diversões públicas em recintos abertos, o imposto incidirá sobre o valor dos prêmios disputados, as pônies ou paradas, na forma da tabela respectiva.

Artº. 87º - Os promotores deste genero de diversões deverão exhibir antes de sua realização, aos funcionários do fisco, os contratos realizados e pagarão, antecipadamente a quota devida. Multa do dobro do imposto.

Artº. 88º - Quando por qualquer motivo de força maior não se puder realizar o espetáculo, e a empresa devolver ao público os ingressos comprados, o Prefeito mediante requerimento, da parte poderá autorizar a devolução do imposto respectivo descontando 10% como retribuição das despesas de expediente.

Artº. 89º - A fiscalização do imposto de diversões será feita pelos funcionários do fisco, ou por quem for contratado ou

Prefeitura Municipal de Guairá

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº. 16/54. (FL. 16)

CAPITULO -V-

DO IMPÔSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÕES

Artº. 91º - O imposto de Indústria e Profissão a que se refere o artigo 27º no. III, da Constituição Federal é devido por todos os estabelecimentos comerciais ou industriais ou de qualquer natureza, firmas ou entidades que exerçam atividades sujeitas a essa atribuição de conformidade com o presente regulamento.

§ ÚNICO - As sociedades anônimas ou as sociedades por quotas de responsabilidades limitada, ficam também sujeitas ao imposto de Indústria e Profissão, desde que explorem comércio ou indústrias alheias a sua finalidade.

Artº. 92º - O imposto é fixo e distribuído por classes para cada gênero de negócio, Indústria ou Profissão, e será arrecadado de acordo com a tabela no. 8, que baixa com esta LEI.

Artº. 93º - Pagarão um imposto único em todo território do Município, os ramos de comércio ou indústria, que com esta enunciação figurem na tabela no. 8.

Artº. 94º - Os estabelecimentos comerciais ou industriais que, no mesmo edifício reunirem ramo de comércio ou indústria diferentes, e, especialmente os incluídos na tabela no. 8, pagarão as taxas relativas a cada um de per si.

§ 1º - Quando o mesmo indivíduo ou firma comercial exercer diversas indústrias ou comércio em várias dependências de um prédio, serão consideradas todas como um só estabelecimento, desde que estejam sobre uma única administração e tenham uma mesma inscrição, classificadas, porém, cada uma de per si, para efeito de lançamento.

§ 2º - Não estando compreendidas no § anterior as Indústrias e Profissões de: Banqueiros, Agentes, Gerentes ou Dire-

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº. 16/54. (FL.17)

39 - O imposto de Indústria e Profissão recai sobre cada estabelecimento, embora se trate de sucursais ou filial de outros, existentes no Município.

Artº 95º - Incide também no imposto de Indústria e Profissão sobre os fabricantes que, na fábrica ou em depósitos exteriores, venderem a varejo produtos de sua fabricação.

Artº. 96º - Os armazens, os estabelecimentos comerciais pertencentes a qualquer pessoa ou empresa, bem como as existentes nas propriedades agrícolas, qualquer que sejam os pontos em que estejam localizados, ficam sujeitos ao pagamento do imposto de Indústria e Profissão, mesmo que façam comércio exclusivamente com seus sócios, empregados ou colonos.

Artº. 97º - O imposto sobre comércio de gado, seja qual for a sua espécie, incide sobre aquele que compra ou inverte a tropa ou manada, por conta própria ou de outrem, para revendê-la.

DAS ISENCÕES

Artº. 98º - São isentos do imposto de Indústria e Profissão:

a) - Os depósitos destinados exclusivamente à guarda de mercadorias já tributadas desde que não haja comércio nos mesmos, ficando seus proprietários obrigados a comunicar à Prefeitura onde se acham instalados;

b) - As manufaturas em domicílios, onde se pretenda o trabalho individual por conta própria, sem oficiais ou aprendizes, não sendo considerados como tais os filhos menores ou mulher do industrial;

c) - As garagens, com um só automóvel de aluguel, desde que não recebam outros para guardar, concertar ou lavar;

d) - As máquinas de beneficiar café, arroz, milho, ou algodão instaladas nas fazendas, desde que beneficiem exclu-

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº. 16/54. (FL.18)

f) - Os pequenos negociantes ou ambulantes, que a juizo do Prefeito, forem considerados incapazes ou impossibilitados para outros serviços e os renditos sejam apenas suficiente para a subsistência da família;

g) - Os que exercem o Magistério e os Diretores de Colégios e Estabelecimentos de Instrução;

h) - Os Agentes Consulares e estrangeiros e os empregados públicos Estaduais, Municipais e Federais, não se compreendendo entre estes os serventuários de Ofício e Justiça;

i) - Os escrivães distritais que não percebem gratificação e que servirem como escrivães de Polícia;

j) - As industriais e Profissões que, em virtude de Lei, gozarem de isenção.

DO LANÇAMENTO

Artº. 99º - O serviço de lançamento do imposto de Indústria e Profissão incumbe à Diretoria de Receita por intermédio de seus auxiliares diretos.

Artº. 100º - O lançamento será feito em livros especiais ou fichários.

Artº. 101º - O lançamento indicará especificadamente:

- a) - O nome do contribuinte;
- b) - Localidade;
- c) - Rua e número;
- d) - Natureza da Indústria e Profissão;
- e) - Classe;
- f) - Imposto;
- g) - Adicional;
- h) - Total;
- i) - Época de pagamento;
- j) - Observações.

Prefeitura Municipal de Guairá

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54. (FL.19)

§ Único - Se houver recusa de informação por parte do contribuinte ou não aceitação das mesmas pelo lançador, este procederá o lançamento de acordo com o disposto no artigo seguinte.

Arte. 104a- Servirá de base para a classificação das casas comerciais e estabelecimentos industriais sujeitos ao lançamento

- a) - A situação do estabelecimento;
- b) - O valor locativo do prédio onde esteja instalado;
- c) - O movimento comercial ou a importância das vendas;
- d) - O valor aproximado das mercadorias em depósito;
- e) - A comparação com diversos estabelecimentos do mesmo gênero existentes na localidade.

§ ÚNICO - Para a classificação das casas comerciais e exportadoras de café e algodão, servirá de base a estatística das consignações e das exportações de cada uma delas, fornecida pelo contribuinte e verificada pela Prefeitura, de acordo com as Estradas de Ferro.

Arte. 105a- Em todo o território do Município, na ocasião do lançamento que será feito "in loco", o lançador notificará o contribuinte na importância lançada, por meio de avisos impressos os quais serão datados e assinados pelos lançadores e entregues aos lançados, pessoalmente ou ao seu representante.

Arte. 106a- Para efeito do lançamento, as mercadorias dentro do estabelecimento no ato da coleta, serão consideradas como estoques pertencentes ao comerciante.

Arte. 107a- O Imposto de Indústria e Profissão é anual, podendo ser cancelado, o segundo semestre, para os estabelecimentos que se fecharem até 30 de junho, mediante requerimento do interessado.

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (PL.20)

exercício, desde que tenha requerido cancelamento até o dia 15 de outubro,

§ 2º - Os estabelecimentos no § acima não aproveita aos contribuintes obrigados ao pagamento em única prestação.

a) - igualmente, que aqueles contribuintes de verão êsses pagamentos dentro do prazos marcados, sob pena de multa previstas pelo presente regulamento;

b) - que a não apresentação do requerimento ou desde que a indústria ou profissão se encontre em funcionamento, em flagrante contrariedade, ao alegado no requerimento dirigido à Prefeitura Municipal, o funcionário fiscal informará aplicando as multas prescritas neste regulamento, cujo lançamento permanecerá em dívida.

§ 3º - Os encarregados dos serviços de lançamentos verificarão a procedência ou não do alegado, encimhando o requerimento ao Prefeito Municipal, devidamente informado.

§ 4º - No caso de venda ou transferência do estabelecimento comercial ou industrial deverá ser feita, a requerimento do interessado, a transferência do imposto para o nome do adquirente, observadas as disposições dos artigos deste regulamento.

Artº. 108º- A mudança do ramo de comércio ou indústria para outro ramo, sujeita o contribuinte ao novo lançamento, a partir do semestre ou trimestre em curso.

Artº. 109º- Os colistados ficam obrigados a participar à Prefeitura Municipal no prazo de 10 dias, toda a qualquer alteração que se der em relação ao comércio ou indústria, como seja: mudança de local, modificação da firma ou ramo de comércio ou indústria, para que seja feita a devida anotação.

Artº. 110º- Nenhuma modificação será feita em qualquer lançamento como nenhum cancelamento será concedido, sem que o requerente se mostre quite com o fisco, em relação ao imposto, objeto da modificação solicitada.

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº. 16/54 (FL.21)

Arto. 112º- As agências de empresas, serão lançadas para o pagamento do imposto especial, pelo número de empresas ou companhias que representarem, na conformidade com a tabela anexa.

Arto. 113º- As casas comerciais ou estabelecimentos industriais, que acumularem a representação ou agência de automóveis ou acessórios, pagarão o imposto separadamente.

Arto. 114º- Serão lançados por trimestre, para pagamento do imposto constante da tabela, adiantadamente, sob pena de multa a apreensão das mercadorias:

- a) - Os estabelecimentos de leilões não permanentes;
- b) - Os negociantes de modas, sem estabelecimento fixo;
- c) - As empresas de diversões ambulantes;
- d) - As casas de artigos de carnaval, de fogos ou de Natal, de instalação provisória;
- e) - Os botequins, quitandas ou estabelecimentos semelhantes de instalação provisória, nos lugares em que darem ajuntamento para festas.

Arto. 115º- Encerrado o lançamento e lavrado o respectivo termo, os lançamentos que se seguirem serão feitos em adiantamento, pelos trimestres respectivos, inclusive o em curso.

Arto. 116º- Depois de passados os nomes dos contribuintes para a ficha de lançamento, não é permitido dar baixa no nome lançado, nem tão pouco cancelar, reduzir ou alterar de qualquer forma o lançamento, sem ordem do Prefeito Municipal, declarando pela coluna de "Observações" o número do processo e a data do despacho que autorizar qualquer modificação.

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.22)

DAS RECLAMAÇÕES

Artº. 118º- Os coletados poderão recorrer o lançamento solicitando:

- a) - Redução do imposto, por ser a quantia superior à que deviam legitimamente pagar;
- b) - A falta de fundamento para o lançamento.

Artº. 119º- O contribuinte que julgar prejudicado, poderá reclamar, por meio de petição, dirigida ao Prefeito Municipal, o que julgar a bem de seus direitos, dentro do prazo de 15 dias, contados da data do aviso.

§ 1º - Ao contribuinte que não for atendido pelo Prefeito Municipal, fica salvo o direito de recorrer do despacho dêste à Câmara Municipal, até 15 dias, contados da publicação do despacho daquele.

§ 2º - Fora desses prazos não serão aceitos recursos de qualquer natureza.

Artº. 120º- Os recursos dirigidos ao Prefeito Municipal, deverão ser informados pela Diretoria da Receita da Prefeitura Municipal, devendo essa Diretoria antes de os informar, verificar se os mesmos recursos estão devidamente instruídos e com os requisitos legais.

§ 1º - A falta de qualquer requisito ou recurso, importará na devolução do processo pela Diretoria da Receita à Secretaria da Prefeitura para que esta providencie a regularização do processo.

§ 2º - Todos os recursos encaminhados à Diretoria da Receita deverão ser informados dentro do prazo de 5 dias.

Artº. 121º- As faltas ou erros cometidos pelos funcionários não prejudicam às partes que tiverem cumprido as disposições legais, devendo deferir-se-lhes o requerimento como fôr de justiça tor

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.23)

Artº. 122º- As decisões em qualquer instância, só produzem efeito quando ao lançamento a elas relativas.

§ ÚNICO - Em qualquer caso nenhuma reclamação ou recurso tem efeito suspensivo, devendo ser cobrado os impostos enquanto não houver decisão em contrário.

DO TEMPO E DO MODO DE COBRANÇA

Artº. 123º- A cobrança dos impostos de indústria e profissão será realizada nos meses de março e setembro de cada ano, salvo as exceções dos artigos 113º, 123º, 129º, e 130º, desta LEI.

§ ÚNICO - Poderá a cobrança ser efetuada antes dos prazos estabelecidos, si os coletados os quiserem.

Artº. 124º- Será pago em uma só prestação no mês de março, o imposto, que fôr superior a R\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), por ano financeiro.

§ ÚNICO - Quer o imposto seja pago em uma ou duas prestações será declarado nos talões o período a que se refere o pagamento.

Artº. 125º- Os contribuintes lançados para pagamento de três trimestres terão 15 dias, de prazo, da data do lançamento, para pagar o primeiro trimestre ficando os dois últimos trimestres restantes para setembro (segundo semestre); os que forem lançados para o último trimestre, terão o mesmo prazo de 15 dias, não podendo este último ultrapassar do último dia útil do exercício.

Artº. 126º- O pagamento do imposto amigável ou executivamente, será sempre efetuado na Tesouraria Municipal.

Artº. 127º- O imposto será arrecadado à vista dos lançamentos constantes das fichas de arrecadação organizadas pela Diretoria da Receita da Prefeitura Municipal.

§ ÚNICO - Recebido o imposto devido, a Secção competente da Prefeitura fará a prestação, na ficha de lançamento, do número

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.24)

§ 1º - No caso de morte de um dos contribuintes sucedendo-lhe herdeiros forçados, prevalecerá o imposto já cobrado do falecido.

§ 2º - Quando se der o fechamento do estabelecimento por motivo de falência, óbito ou ordem da autoridade competente, cobrar-se-á o imposto até o semestre em que se der a cessão das transações não sendo, porém, permitida a restituição se já estiver pago todo o exercício.

§ 3º - No caso do § antecedente estando o imposto em dívida serão extraídas relações de dívidas e remetidas ao advogado da Prefeitura para cobrança executiva.

Artº. 129º- Uma vez iniciado o exercício, poder-se-á proceder a cobrança amigável ou judicial do imposto, mesmo antes do prazo estabelecido para pagamento, nos casos de leilão em hastas públicas ou liquidação do estabelecimento por qualquer motivo.

Artº. 130º- Os vendedores ou compradores ambulantes de qualquer artigo pagarão o imposto especial e adiantadamente para o exercício todo, de acordo com a tabela competente, sendo o imposto válido para comercial em todo o território do Município, e não gozando dos benefícios dos pagamentos dos trimestres ou semestres.

§ 1º - O pagamento do imposto de ambulante poderá ser efetuado em qualquer agência arrecadadora do Município,mas obrigando-se o vendedor ou comprador a apresentar o talão para o visto dos fiscais do Município,sob pena de multa.

§ 2º - A licença será pessoal e intransferível e deverá acompanhar sempre o vendedor ou comprador.

§ 3º - Os vendedores ou compradores ambulantes, que não trouxerem consigo a licença e o talão do imposto, incorrerão na multa de R\$ 100,00 a R\$ 500,00, além da apreensão das mercadorias de que forem portadores.

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guaira
CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.25)

Arto. 1319- As companhias de seguros, em geral, mutua-
sorteios, capitalização, e semelhantes, bem como as indústrias que depe-
dam de uma só safra anual, pagarão o impôsto adiantadamente para o exer-
cício todo.

DA AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS

Arto. 1329- Nenhum ramo de comércio poderá usar pesos
e medidas que não estejam aferidos pelo padrão Municipal.

Arto. 1330- As aferições serão precedidas anualmente,
no mês de janeiro, pelo funcionário Municipal encarregado, no próprio
estabelecimento comercial, quando situado no quadro urbano.

§ ÚNICO - Para as casas comerciais situadas fóra do
quadro urbano, as aferições serão precedidas no decorrer do mês de feve-
reiro de cada ano.

Arto. 1349- Se o aferidor julgar inprestável os pesos
e medidas, serão os mesmos condenados, não podendo os proprietários usá-
los mais sob pena de apreensão e multa de Cr\$ 100,00.

Arto. 1359- Nos casos dos pesos e medidas serem vici-
dos, depois da aferição será imposta a multa de Cr\$ 200,00 e feita a
apreensão imediata dos objetos viciados.

Arto. 1369- Pelas aferições serão cobradas as taxas
previstas na tabela nº.10 anêxa a esta Lei.

CAPÍTULO =VI=

DA TAXA DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS

RURAIS

Arto. 1379- Todos os proprietários de imóveis rurais
situados neste Município ficam obrigados ao pagamento da taxa de melho-
ramentos públicos rurais, que poderá ser paga com serviços prestados nas
estradas de rodagem do Município, a juízo do Prefeito,

Arto. 1389- A taxa de melhoramentos públicos rurais,

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANA

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.26)

Arto. 1392- O lançamento da taxa de melhoramentos públicos rurais será sempre no nome do proprietário do imóvel, e será precedida do mês de junho, de cada ano.

Arto. 1400- A taxa de que trata este capítulo será cobrada no mês de agosto de cada ano.

TITULO =III=

DAS TAXAS INDUSTRIAIS

CAPITULO =VII=

DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Arto. 1410- A taxa de fornecimento de água será fixada com a criação dos respectivos serviços.

CAPÍTULO =VIII=

DOS SERVIÇOS DE ESGOTO

Arto. 1420- A taxa de esgoto será criada com a instalação dos respectivos serviços.

CAPÍTULO =IX=

DOS SERVIÇOS DE LUZ E FÔRÇA

Arto. 1430- Se o Município vier explorar os serviços de luz e fôrça, cobrará uma taxa estabelecida de acordo com o tarifamento fixado pela repartição competente do Ministério da Agricultura.

TÍTULO = IV =

DA RENDA DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS

CAPÍTULO = X =

DA MATANÇA DO GADO

Arto. 1440- A taxa do matadouro será cobrada pelos vigos de matança do gado e de armazenagens nos matadouros Municipais, de acordo com a tabela na 1ª anexo a esta LEI.

CAPÍTULO = XI =

DAS TAXAS DOS CEMITÉRIOS

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANA

Prefeitura Municipal de Guaira

ESTADO DO PARANA

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº.16/54 (FL.27)

peito fôr baixada, quando da criação, pelos poderes competentes, dos respectivos serviços. 16/54 (FL.27)

TÍTULO = V =

CAPÍTULO = XIII =

DA RENDA IMOBILIÁRIA - PELA OCUPAÇÃO
DE TERRENOS MUNICIPAIS

TÍTULO = V =

Art. 1470 - Pela ocupação de terrenos do Patrimônio Municipal cobra-se a Prefeitura o fôro anual de 4% (quatro por cento), sobre o valor da propriedade. MUNICIPAIS

§ ÚNICO - As condições do aforamento, quando houver, deverão ser reguladas por Lei especial. 4% (quatro por cento), sobre o valor da propriedade.

CAPÍTULO = XIV =

DAS TRANSFERÊNCIAS DE TERRENOS MUNICIPAIS

Art. 1480 - As transferências do domínio útil alem, do laudêmio fixado em 2,1/2% (dois e meio por cento), na forma do artigo 686 do Código Civil, será cobrado um emolumento de Cr\$ 10,00 correspondente ao expediente de averbação e revalidação das respectivas faltas de aforamento. 1480 - As transferências do domínio útil alem,

do laudêmio fixado em 2,1/2% (dois e meio por cento), na forma do artigo 686 do Código Civil, será cobrado um emolumento de Cr\$ 10,00 correspondente ao expediente de averbação e revalidação das respectivas faltas de aforamento. § ÚNICO - As taxas acima determinadas serão cobradas pela Prefeitura em todas as transferências do domínio útil, quer por causa mortis ou por atos inter-vivos, sejam ou não onerosos.

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guaira
ESTADO DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.28)

Artº. 149º- As transferências de terrenos, cartas de
datas ficarão também sujeitas ao mesmo emolumento de R\$ 10,00.

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 16/54 (FL.28)

TÍTULO = XI =

CAPÍTULO = XV =

Artº. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS de impostos, cartas de
datas ficarão também sujeitas ao mesmo emolumento de R\$ 10,00.

Artº. 150º- De todos os recursos interpostos pelos
contribuintes junto à Câmara Municipal e que por esse poder não forem
atendidos, poderá o interessado recorrer, em última instância, ao Tri-
bunal de Contas do Estado. FINAL

Artº. 151º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário. Artº. 152º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artº. GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA
publicação, revogadas as disposições em contrário.
EM, 31 de julho de 1954

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

EM, 31 de julho de 1954

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITO MUNICIPAL